

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Outubro Rosa mobiliza Parlamento e sociedade

Olançamento da Campanha Outubro Rosa foi marcado por ampla mobilização em torno das atividades definidas por mais 20 órgãos governamentais e entidades de mulheres do Grupo de Trabalho que definiu o calendário comum de ações.

Uma conquista legislativa foi a aprovação, dia 5 de outubro, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) nº 3.595/12, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), que assegura às mulheres com deficiência condições especiais para realizarem exames. Para garantir o acesso das mulheres com deficiência a equipamentos adequados para suas condições físicas – tema da 35ª edição do projeto Pauta Feminina (p. 3) –, o PL acrescenta novo parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 11.664/08, que disciplina a prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres de mama e de colo uterino no Sistema Único de Saúde (SUS).

Duas audiências públicas trouxeram ao Congresso a discussão da lei dos 60 dias e da lei da reconstrução mamária, no dia 19; e os principais tipos de câncer incidentes em mulheres, no dia 25.

Abertura

No dia 4 de outubro, cerca de 200 pessoas prestigiaram a abertura do Outubro Rosa. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) representou o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e pediu serviço mais integrado na rede de atendimento à mulher.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, homenageou o médico Gibran Daher. Filho de Silvia Daher, servidora da Ouvidoria do Senado, e autor do livro *George Nicholas Papanicolau – o legado*, Gibran faleceu aos 27 anos, uma semana antes do evento.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, visitou a exposição Viva a Vida,



Marcelo Favaretti

Parlamentares e entidades de mulheres participaram da abertura da Campanha Outubro Rosa

promovida pela Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas e comentou o lançamento da Campanha Outubro Rosa. Ele destacou a importância de a campanha valorizar fatores como “os hábitos de vida, o ambiente no qual vivemos e os cuidados com o funcionamento saudável do organismo – a prevenção”.

Presenças

Entre as parlamentares, compareceram as deputadas Elcione Barbalho (PMDB-PA), procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados; Dâmina Pereira (PSL-MG), coordenadora da Bancada Feminina; e Carmen Zanotto (PPS-SC), presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer de Mama; as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Kátia Abreu (PMDB-TO), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO), Regina Sousa (PT-PI), Rose de Freitas (PMDB-ES), e Simone Tebet (PMDB-MS); e Illana Trombka, diretora-Geral do Senado.

Entre lideranças da sociedade civil e autoridades diplomáticas e políticas: Lorena

Martínez, embaixadora da Nicarágua; Julie-Pascale Moudoute-Bell, embaixatriz da República Gabonesa; Grace Maria Fernandes Mendonça, ministra da Advocacia-Geral da União (AGU); Fátima Pelaes, secretária Especial de Políticas para as Mulheres; e Tiago Turbay, diretor de Relações Governamentais da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

Do governo de Brasília, Márcia Rollemberg, colaboradora; Vera Lucia da Silva, secretária Adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; e Lúcia Bessa, subsecretária de Política para Mulheres.

Veja mais fotos: <http://bit.ly/2e1muyK>



Ana Voipe/Agência Senado

Exposição Viva a Vida

O Espaço Galeria foi aberto à comunidade entre os dias 28/9 e 14/10 para a mostra fotográfica organizada pela Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília –, com o registro de mulheres que superaram o câncer de mama.

São “mensagens de mulheres que passaram pelo tratamento, pelo processo de reconstrução da mama e retomaram sua vida social”, disse Joana Jeker. Fundadora e presidente da entidade, Joana detectou um nódulo em autoexame, aos 30 anos de idade.



Marcelo Favaretto

Cores de um Outubro Rosa

A iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara foi para mostrar, sob diferentes formas e traços, como a mulher é capaz de superar a doença.

A mostra inédita de pintura em tela foi exposta no Espaço Mário Covas, no Anexo II da Câmara, entre os dias 10 e 14 de outubro. De autoria de alunos da Escola de Artes da UnB, as 25 obras sensibilizaram os visitantes para a necessária prevenção ao câncer de mama, além da luta das mulheres brasileiras por mais igualdade social e qualidade de vida.



Luís Macedo/Câmara dos Deputados

CAS debate direitos dos pacientes com câncer

A importância da implementação da Lei nº 12.732/2012, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS), foi debatida em audiência dia 19/10, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, por requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS). Os palestrantes também destacaram a importância da Lei nº 12.802/2013, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições médicas.

Participaram da audiência Ruffo de Freitas Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM); Eitel Santiago de Brito Pereira, subprocurador Geral da República; Jaqueline Silva Misael, da coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde; e Thiago Turbay, diretor de Relações Governamentais da FEMAMA (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Oficina de Saúde da Mulher autonomia no corpo e na vida

As diferenças biológicas no corpo do homem e no da mulher são muitas vezes usadas para justificar atitudes de preconceito, discriminação, exploração e abuso no cotidiano. A questão foi abordada na Oficina de Saúde da Mulher, realizada no Serviço de Transportes do Senado dia 17/10, e coordenada por Rita Rebelo, fisioterapeuta e coordenadora ProMul, como parte da programação do Outubro Rosa.

Vinte servidoras receberam informações sobre doenças preveníveis, como as decorrentes do tabagismo, do alcoolismo, do sedentarismo, doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids), diabetes e ainda dicas referentes a patologias ocupacionais e do aparelho locomotor.

Para Viviane Dias, encarregada dos motoristas, “trazer a oficina para um espaço onde a maioria dos funcionários são homens, oportuniza conscientizar as mulheres de seus direitos e permite um maior conhecimento de seu corpo”.



Ramila Moura/Procuradoria da Mulher

Exames inacessíveis para mulheres com deficiência

Edilson Rodrigues/Agência Senado



A 35ª edição do projeto Pauta Feminina, dia 20 de outubro, deu voz às dificuldades das mulheres com deficiência para realizarem exames básicos de prevenção ao câncer de mama.

Carla Karine da Silva, cadeirante e usuária dos serviços de saúde pública, narrou as dificuldades que teve para fazer ecografia mamária, mamografia e ressonância mamária, após diagnosticar um nódulo na mama direita, em 2015.

Numa ocasião, perguntaram a ela: “Você não fica em pé nem um pouquinho”? Cons-

trangida, disse: “Se ficasse em pé, só um pouquinho, agradeceria a Deus”!

A procuradora Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), manifestou preocupação com os impactos da PEC nº 241, em análise no Congresso, que estabelece

um teto para os gastos públicos por 20 anos.

“Entendemos que essa PEC vai subtrair recursos significativos das áreas sociais e de saúde, apesar de dizerem que não”, disse a senadora.

Meta do Sistema Único de Saúde, o atendimento para todas ainda não é realidade no rastreamento do câncer. De acordo com o mastologista e professor livre-docente do Hospital da Mulher da Unicamp, César Cabello dos Santos, “mulheres brancas têm mais acesso que mulheres negras; mulheres do Sudeste têm mais acesso que mulheres

da Região Norte; e mulheres com nível universitário têm mais acesso que aquelas com menos estudos”.

O mastologista defende o rastreamento “organizado” do câncer de mama, como forma de busca ativa em mulheres ainda assintomáticas. Hoje, segundo ele, o exame é realizado de forma “oportunistica”, em função da procura de cada mulher.

Participaram também a coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Odília Brígida de Sousa; o coordenador de Promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência do Governo de Brasília, Paulo Beck; e a pedagoga da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Larissa Bezerra da Silva.

A embaixadora Diana Vanegas, de El Salvador, e o cônsul Ilya Lutski, da embaixada da República de Belarus, prestigiaram o encontro.

Assista: <http://bit.ly/2dKCXE9>

Machismo afeta autonomia de meninas

No dia 6 de outubro, a 34ª edição do projeto Pauta Feminina reuniu especialistas para debater o empoderamento de meninas em audiência realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

sição no *ranking* mundial de casamentos de meninas com até 18 anos de idade e o 3º lugar entre países da América Latina, atrás de Nicarágua e República Dominicana. Para Danielle, “a menina é subestimada, não tem autonomia, é vista como feita para casar ou ser do lar. Sair

tornar visíveis as questões que afetam negativamente suas vidas”, assinalou.

Ser adolescente menina no Brasil ainda traz muitos desafios, destacou Gabriela Mora, oficial do programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef. Para Gabriela, “nessa fase de desenvolvimento, as meninas ainda enfrentam muitas questões na escola, na família, os abusos e as violências”.

Joana Chagas, gerente de Programas da ONU Mulheres, contextualizou as dificuldades enfrentadas pelas meninas, principalmente na puberdade e adolescência, quando os momentos são críticos, especialmente na vida das mulheres porque, nessa fase, os estereótipos de gênero e a linha que divide o que é considerado adequado às meninas e aos meninos começam a ficar muito mais evidentes. Para ela, “o esporte é uma ferramenta poderosa para o empoderamento de meninas e de mulheres jovens”.

O debate contou com a participação de Cláudia Vidigal, secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que propôs criar uma rede nacional de empoderamento de meninas; da professora Josilene Aires, da Paraíba, que falou sobre o projeto Meninas na Computação; e de estudantes do Centro de Ensino Médio 9, de Ceilândia-DF.

Assista: <http://bit.ly/2eJPr0K>

Gerardo Magela/Agência Senado



A senadora Regina Sousa (PT-PI), titular da CDH e proponente da audiência, juntamente com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou a importância de envolver também meninos e homens no debate. “Me incomoda um debate só com mulheres. Como os homens podem se apropriar dessa pauta desse jeito? Discutir gênero como coisa de mulher é uma barreira que a gente tem que romper”, disse a senadora.

A pesquisadora Danielle divulgou pesquisa realizada pelo Instituto Promundo sobre o casamento infantil. O Brasil ocupa a 17ª po-

sicionamento para casar depois de ter emprego e formação superior não é um horizonte. O casamento é visto como uma possibilidade de saída”.

Anette Trompeter, diretora da Plan Internacional, explicou que essas questões interferem no modo de vida e no futuro das meninas e permitem a elas a oportunidade de transcender os limites que impedem o seu desenvolvimento. Para ela, “embora tenham os mesmos direitos, na prática, meninas e mulheres estão em desvantagem”. “As meninas e mulheres precisam ser notadas, e para isso é preciso



Em um país em que 106.093 mulheres foram vítimas de assassinato entre 1980 e 2013, o Congresso Nacional não poderia se omitir e não tem se omitido. Os dados do Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), têm motivado debates, iniciativas legislativas e intensa militância.

No Senado Federal, a procuradoria Especial da Mulher do Senado, criada em 2013, atua inserindo a Casa nas questões de gêne-

ro e na luta por uma sociedade mais igual em direitos de mulheres e homens e, naturalmente, contra a violência.

Em todas as ações em defesa ou benefício da mulher, de iniciativa da Procuradoria e, mais recentemente, do Observatório da Mulher contra a Violência, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem sido parceira. Agência, Jornal, Rádio e TV Senado levam diretamente ao cidadão, ao vivo, na internet, nas mídias sociais ou na cobertura jornalística a atuação das senadoras e dos senadores. A imprensa usuária desse material amplia ainda mais o público.

A SECOM também apoia eventos, planeja e edita publicações e dá suporte aos debates da bancada feminina no Congresso Nacional. Criamos o projeto do Jornal Senado Mulher em 2014, desde então encartado mensalmente no Jornal do Senado.

A TV Senado leva ao ar, várias vezes ao dia, inserções didáticas sobre o trabalho da procuradoria Especial da Mulher do Senado e das lutas das mulheres. Em março de 2015, a Rádio Senado estreou o primeiro programa “Pautas Femininas”, que já está em sua vigésima edição. O programa de outubro reuniu advogadas, juízas, procuradoras e defenso-

ras públicas discutindo a falta de juízas negras nos tribunais.

No ano passado, a Secretaria de Relações Públicas organizou seis eventos da procuradoria Especial da Mulher. Neste ano, foram três: o “4º Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância”, a palestra sobre “Comunicação Não Violenta”, pelos 10 anos da Lei Maria da Penha; e a abertura das atividades do Outubro Rosa.

“A procuradoria Especial da Mulher do Senado, criada em 2013, atua inserindo a Casa nas questões de gênero e na luta por uma sociedade mais igual em direitos de mulheres e homens e, naturalmente, contra a violência.”

De janeiro de 2015 até outubro deste ano, a Coordenação de Publicidade e Marketing produziu 22 ações de comunicação para a procuradoria Especial da Mulher e 89 peças publicitárias. Dirigir a SECOM neste momento constitui uma oportunidade única de contribuir para esta causa.

Virgínia Malheiros Galvez – Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal



Observatório da Mulher contra a Violência

Desde o início do seu funcionamento, em abril deste ano, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), vem buscando produzir, catalogar e sistematizar, junto a diversos parceiros, dados relativos à violência contra a mulher, de modo a cumprir a sua função institucional de auxiliar na avaliação da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher.

Dez anos após a edição da Lei Maria da Penha, a ausência de dados consistentes, sistemáticos, transparentes e de fácil acesso referentes à violência contra mulher dificulta a possibilidade de um diagnóstico baseado em evidência e conseqüentemente a melhoria da política pública de enfrentamento à violência.

À medida que os dados forem obtidos, constarão no portal do Observatório da

Mulher contra a Violência, em uma seção específica, denominada “violência em números”.

“O OMV visa, por meio da disponibilização das informações no portal, ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de dados mais transparentes, estimular a produção de indicadores de maneira geral.”

A violência contra mulheres e crianças é uma das violações de direitos humanos mais generalizadas pelo mundo, sendo que, no Brasil, ocorre de maneira sistemática, mesmo uma década depois da edição da Lei Maria da Penha, em 2006. Como exemplo emblemático, no portal da ONU sobre

violência contra as mulheres, referência internacional em dados, consta a seguinte notificação: “estatísticas nacionais oficiais não disponíveis”.

O OMV visa, por meio da disponibilização das informações no portal, ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de dados mais transparentes, estimular a produção de indicadores de maneira geral. Além disso, buscará produzir seminários, estudos e debates técnicos a respeito do tema, exercendo uma função articuladora do Senado Federal com outras instituições que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher.

<http://evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/america/brazil>

Roberta Viegas, coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Rebelo, Ramíla Moura e Lunde Braghini.

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 61 22 11

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria